

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. CORONEL TADEU)

Esta lei altera mudanças na Lei n.º 11.343/2006 (drogas), Lei n.º 9.613/1998 (lavagem) e a Lei n.º 10.826/2003 (armas), para introdução de agente encoberto.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei altera mudanças na Lei n.º 11.343/2006 (drogas), Lei n.º 9.613/1998 (lavagem) e a Lei n.º 10.826/2003 (armas), para introdução de agente encoberto.

Art. 2º. O artigo 33 da Lei 11.343/2006, Lei de Drogas passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“Art.33.....
.....

§1º.....
.....
.....

IV - vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal pré-existente.
.....”(NR)

Art. 3º. O artigo 1º Lei n.º 9.613/1998 (lavagem) passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“Art.1º.....
.....

§ 6º Não exclui o crime a participação, em qualquer fase da atividade criminal de lavagem, de agente policial disfarçado, quando

presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal pré-existente.” (NR)

Art. 4º. Os artigos 17 e 18 da n.º 10.826/2003 (armas) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.17.....
.....
.....

§ 1º Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

§ 2º Incorre na mesma pena a venda ou a entrega de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal pré-existente.” (NR)

“Art.18.....
.....
.....

Parágrafo único. Incorre na mesma pena a venda ou a entrega de arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal pré-existente.” (NR)

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O referido projeto visa esclarecer a possibilidade da realização de operações policiais disfarçadas, o que nos US chamam de undercover operations.

